

Julia de Paiva Pereira Leão- CGLIC/FUNAI

Claudia Jeanne da Silva Barros- DILIC/IBAMA

Thais Santi- Ministério Público Federal

ASSUNTO: Reenvio da Manifestação do povo Juruna Yudjá da Terra Indígena Paquiçamba sobre proposta de reparação da concessionária Norte Energia sobre atividade da pesca.

Nós, Juruna Yudjá da Terra Indígena Paquiçamba, solicitamos à Funai que se pronuncie em relação a um documento enviado por nós, através de uma das nossas associações, a AYMIX – Associação Yudjá Miratu da Volta Grande do Xingu, referente à proposta de reparação da concessionária Norte Energia sobre a pesca.

Nossa manifestação foi encaminhada e protocolada **em novembro de 2022** e segue sem qualquer resposta ou consideração por parte das instituições de defesa dos direitos socioambientais dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Afirmamos que nossa vida em nada melhorou desde o envio deste documento até o presente momento. A situação da pesca piora a cada ano e temos registrado impactos severos na reprodução de diversas espécies de peixes através de nosso monitoramento das piracemas realizado de modo independente pelo coletivo chamado MATI (Monitoramento Ambiental Territorial Independente) da Volta Grande do Xingu realizado em conjunto com dezenas de comunidades ribeirinhas da região.

Segue o **conteúdo na íntegra da manifestação para apreciação dos órgãos competentes:**

Nós, povo Juruna Yudjá da Terra Indígena Paquiçamba, viemos solicitar ao órgão indigenista FUNAI, através da CGLIC, a inclusão de nossas famílias na proposta de reparação que foi apresentada pela concessionária Norte Energia dia 09 de novembro de 2022 intitulada “reparação aos pescadores”. Destinada a um universo populacional muito inferior do número de pessoas que sofrem os impactos sobre atividade pesqueira na região após a construção e operação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é urgente que o escopo abrangido pela proposta seja ampliado considerando a relação com atividade da pesca como critério de identificação.

Nós, representantes de nossas aldeias, estivemos na cidade de Altamira em reunião no auditório da Funai, dia 21 de novembro de 2022 junto a pescadores, pescadoras, ribeirinhos, ribeirinhas, indígenas da região do baixo e médio Xingu para discussão dos

problemas associados aos impactos sobre a pesca em decorrência do empreendimento e a proposta de reparação da concessionária. Esse encontro foi um marco na defesa dos direitos humanos e ambientais que seguem sendo violados no âmbito do licenciamento do empreendimento hidrelétrico, principalmente após sua operação.

Todas as pessoas presentes no encontro salientaram como se sentem humilhadas desde o início desse empreendimento porque suas vidas deixaram de ser uma vida autônoma e passaram a depender da vontade da empresa concessionária Norte Energia e ser controlada por seus programas fracassados de mitigação ou reparação de impactos. As famílias pescadoras da região perderam sua dignidade, sua fonte de alimentação e sua fonte de renda que eram os peixes de consumo e ornamentais. Essas famílias continuam sem qualquer reparação satisfatória no processo, incluindo as nossas. O peixe sempre representou nossa autonomia: garantia nosso sustento alimentar e ao mesmo tempo nosso sustento econômico.

Nosso povo, assim como diversas famílias ribeirinhas da Volta Grande do Xingu, tinha a pesca e a navegação como atividades principais do modo de vida local antes da chegada desse empreendimento hidrelétrico. Desde 2011, temos denunciado esses impactos através de centenas de cartas e ofícios, além de pareceres e publicações de pesquisas colaborativas que conta com uma rede de especialistas de diversas áreas do conhecimento através do Observatório da Volta Grande do Xingu.

Na IT (Informação Técnica) n. 172/COLIC/CGGAM/12 de 02 de abril de 2012, a Funai destaca o Decreto 7.342/2010 que afirma como critérios passíveis de reparação: “a perda de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros, inviabilizando a atividade extrativista ou produtiva”; e “prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida das populações”. O órgão indigenista lembra que o referido decreto tem sido “utilizado como base legal para os cadastros que estão sendo realizados na área de abrangência da UHE Belo Monte”. A IT n.172/COLIC/CGGAM/12 é uma manifestação sobre um pedido das nossas comunidades da Terra Indígena Paquiçamba de acesso a um valor de reparação no valor de três salários mínimos por família até que os programas de mitigação e compensação do PBA-CI estivessem promovendo geração de renda impactada pela construção do empreendimento devido a impactos na pesca. A manifestação da Funai, salienta que

Em relação ao valor solicitado (três salários mínimos) as comunidades manifestaram de que o valor é inferior àquele obtido através da pesca

em condições normais. Devendo ser analisado, a partir, inclusive, do monitoramento das atividades pesqueiras.

Importante dizer que a solicitação do órgão indigenista não foi, até o presente momento, atendida no processo do licenciamento da UHE Belo Monte.

No livro chamado “Xingu, o rio que pulsa em nós”, publicado em 2018, denunciemos os impactos associados a pesca em decorrência da redução da vazão na Volta Grande do Xingu. A relação direta entre os impactos na atividades pesqueiras e surgimento de insegurança alimentar merece destaque. Através de pesquisas colaborativas identificamos uma inversão no padrão alimentar de nossas famílias: em 2014, antes do barramento do rio, 70% das proteínas das nossas refeições eram de peixes, base fundamental de nossa segurança alimentar. Em 2017, esse cenário tinha sido drasticamente alterado porque 70% das proteínas das nossas refeições passaram a ser de produtos da cidade como mortadelas e frangos congelados. Essa mudança representa ao mesmo uma mudança negativa no nosso modo de vida e aponta para uma situação de insegurança alimentar de nossas famílias e aumento de doenças crônicas.

Estamos cientes de que o IBAMA no Parecer Técnico referente ao acompanhamento da LO (Licença de Operação) n.12868864/2022-Cohid/CGTef/Dilic referente ao processo do licenciamento ambiental da UHE Belo Monte (02001.004247/2022-34) reconhece a gravidade social dos impactos sobre a pesca:

A pesca local, em qualquer das modalidades, vem passando por um processo de degradação. Esse fenômeno vem erodindo a capacidade dos pescadores de gerar rendimentos econômicos satisfatórios através de sua atividade, bem como de obter pescado como fonte principal de proteína animal na mesa de suas famílias.

O impacto identificado pelo órgão licenciador atinge sobremaneira nossas aldeias localizadas em Área de Influência Direta, no Trecho de Vazão Reduzida, da UHE Belo Monte. É de conhecimento notório da instituição indigenista que os programas de mitigação do Plano Básico Ambiental Componente Indígena, principalmente em relação ao Programa de Atividades Produtivas, não são eficazes para recomposição de nossa soberania alimentar e de renda. Seguimos em situação de fragilização social, ambiental e econômica em decorrência da não mitigação dos impactos causados pelo empreendimento hidrelétrico.

Nesse sentido, solicitamos que:

A FUNAI, por meio da CGLIC, recomende ao IBAMA a revisão e ampliação do universo de pescadores e pescadoras beneficiárias da proposta de reparação da concessionária Norte Energia incluindo nossas famílias da Terra Indígena Paquiçamba nesse escopo para reparação indicada.

Atenciosamente